

Inscrição de Chapa Nacional para as Eleições da ADPF e da UNIDPF - dezembro de 2025 a dezembro de 2027.

Nome da chapa: Valorização, defesa e integração.

Os três pilares da plataforma de campanha são a valorização da carreira de Delegado(a) de Polícia Federal, a defesa das prerrogativas funcionais, técnicas e investigativas e a integração dos associados em torno do objetivo comum de fortalecimento do cargo.

Propostas:

Obter atualização do subsídio em face das perdas inflacionárias acumuladas e da desvalorização da carreira frente a diversas outras do sistema de justiça e persecução penal;

Atuar para obtenção de verbas indenizatórias em face da deficiência salarial atual em relação a outras polícias e demais carreiras típicas de estado, com a respectiva elaboração e aperfeiçoamento de estudos sobre a temática com o escopo de viabilizar tais verbas para ativos e aposentados, tais como indenização por risco policial e por capacitação, exceto quando forem restritas ao efetivo exercício do cargo, como por exemplo, hora-extra, acúmulo de carga, indenização eleitoral, dentre outras possíveis;

Empreender todos os esforços necessários para viabilizar a autonomia funcional, administrativa, orçamentária e financeira da Polícia Federal;

Buscar, junto à Administração do órgão e ao Ministério da Justiça, a ampliação das prerrogativas e o fortalecimento legislativo do cargo de Delegado(a) de Polícia Federal, inclusive a instituição dos gabinetes de Investigação;

Buscar a constante recomposição dos quadros da Polícia Federal mediante concursos públicos periódicos e planejados, garantindo a realocação dos Delegado(a)s que tomam posse nos locais de fronteira e de difícil provimento;

Intensificar as gestões para que sejam incluídas novas cidades na regulamentação afeta a indenização por localidade estratégica, conforme Lei nº 12.855/2013, bem como a atualização do respectivo valor;

Buscar a melhor adequação do sobreaviso remunerado, já implantado, bem como a instituição de hora-extra para o caso de acionamento decorrente do referido instituto;

Apoiar a Administração na ampliação e fortalecimento da rede do PF Saúde;

Fortalecer, ainda mais, a Diretoria de Prerrogativas, ampliando a defesa dos associados frente às violações de suas prerrogativas funcionais, técnicas e investigativas, entendida tal defesa como pilar inegociável da ADPF;

Criar a diretoria Jovem da ADPF, a ser ocupada por associados da terceira ou segunda classe da carreira de Delegado(a) de Polícia Federal, para que tais associados tenham maior participação nas decisões associativas;

Fortalecer a Diretoria da Mulher, objetivando dar voz ativa as Delegadas de Polícia Federal, no âmbito da ADPF;

Monitorar e atuar, mediante assessoria especializada, no âmbito do Congresso Nacional, em todos os projetos de interesse da categoria, notadamente, nos projetos atinentes à autonomia da Polícia Federal e as garantias, poderes e prerrogativas dos Delegado(a)s de Polícia Federal, bem como naquelas propostas contrárias à Polícia Federal e ao sistema de persecução penal acusatório, como as que propõem ciclo completo, destruição do Inquérito Policial, carreira única, modificações no modelo de polícia e na investigação criminal;

Realizar ações e eventos que aproximem os parlamentares das pautas da categoria, em todas as unidades federativas, mediante coordenação nacional;

Promover e realizar eventos que enalteçam o cargo de Delegado(a) de Polícia Federal, a ADPF e a Polícia Federal, em nível nacional e local, como o Simpósio Internacional de Segurança e Congresso dos Delegados de Polícia Federal;

Manter e incrementar a EADELTA, possibilitando cursos de aperfeiçoamento profissional, preparatórios para concursos públicos, bem como espaços para que Delegado(a)s atuem diretamente mundo acadêmico;

Estimular a capacitação dos associados, por meio de convênios com universidades e escolas de formação, bem como apoiar e/ou organizar seminários, palestras e congressos com vista à atualização jurídica e à capacitação técnica contínua dos Delegado(a)s de Polícia Federal;

Incentivar e apoiar a produção doutrinária e divulgação das teses defendidas pela classe, assim como promover concursos e premiações a artigos científicos sobre os temas de interesse da classe;

Promover campanhas de divulgação e manter conteúdos atualizados nas diversas mídias (sites, redes sociais, revista, imprensa, etc) relacionados a atuação e as ideias dos Delegado(a)s de Polícia Federal;

Garantir a manutenção de remuneração digna aos aposentados e pensionistas vinculados a associação;

Discutir e propor políticas de preparação para a aposentadoria;

Promover e difundir a memória institucional em relação aos relevantes serviços prestados por quem se dedicou e cumpriu sua missão na ADPF e na Polícia Federal, com a criação do Projeto Memórias;

Realizar os encontros e eventos de confraternização entre os aposentados, nacional e localmente;

Fortalecer a comunicação interna e modernizar os mecanismos de interação com o associado, inclusive o canal de atendimento da ADPF;

Elaborar e executar o calendário de eventos associativos relativos a confraternização, a união e a aproximação dos Delegado(a)s de Polícia Federal, entendido tal movimento como pilar fundamental da ADPF, a fim de fomentar um clima de maior coesão interna entre os associados;

Priorizar a gestão irmanada com as Diretorias Regionais, reverberando a ADPF em todos os locais, com o foco na interiorização da associação, asseverando o espírito de pertencimento em relação aos Delegado(a)s lotado(a)s em Delegacias Descentralizadas;

Apoiar as Diretorias Regionais na realização de eventos locais, incentivando o conagraçamento entre os associados;

Atuar para manutenção e ampliação de convênios, oferecendo vantagens efetivas aos associados, em diversas searas, tais como como escolas, clubes, creches, telefonia, saúde, inclusive mental, e viagens;

Prestar serviços de assistência jurídica, com o constante monitoramento da qualidade do atendimento ao associado por parte dos escritórios contratados;

Acompanhar, diuturnamente, os processos coletivos já ajuizados e realizar a divulgação regular do andamento das ações;

Intensificar a atuação nos tribunais superiores atinentes à Polícia Federal e à carreira de Delegado(a), por meio de ações de competência originária, da intervenção como *amicus curie*, de sustentações orais, de despachos com ministros, dentre outras medidas jurídicas.